

## COMUNICADO AO MERCADO

28 de janeiro de 2020

Ofício B3 nº 72/2020-SLS/GLS

**Banco do Brasil S.A.**

Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo  
Diretor de Relações com Investidores

**Ref.: Esclarecimentos acerca de processos judiciais**

Prezado Senhor,

Solicitamos informar, até 29/01/2020, o atual estágio dos processos judiciais referentes aos aumentos do capital social do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., deliberados nas AGEs de 27/06/2000 e 29/08/2002, banco esse que foi incorporado pelo Banco do Brasil S.A.

Atenciosamente

Carolina Almeida  
Gerência de Listagem e Supervisão de Emissores  
B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

---

**Ref.: Esclarecimentos acerca de processos judiciais - atual estágio dos processos judiciais referentes aos aumentos do capital social do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., deliberados nas AGEs de 27/06/2000 e 29/08/2002, banco esse que foi incorporado pelo Banco do Brasil S.A.**

Prezada Senhora,

Em resposta ao questionamento dessa Bolsa de Valores no Ofício B3 72/2020-SLS/GLS, de 28/01/2020, conforme objeto acima transcrito, informamos a situação processual conforme segue:

**Ação Ordinária nº 0053267-72.2000.8.24.0023 (número unificado) – 4ª Vara Cível da Capital – Antônio Dias dos Santos vs. Banco do Brasil S.A.**[\[1\]](#)

**ESTÁGIO ATUAL:** O Juiz julgou improcedentes os pedidos formulados pelo Autor. A sentença foi publicada em 17/11/2015. A parte contrária opôs embargos de declaração que receberam o nº 0045216-47.2015.8.24.0023, os quais foram rejeitados. O Autor apelou da decisão, o Banco apresentou contrarrazões e recorreu de forma adesiva sobre o montante fixado a título de

honorários de sucumbência. Os autos foram remetidos ao TJSC (3º Câmara de Direito Comercial) em 10/03/2017 e distribuídos ao Desembargador Ronaldo Moritz Martins da Silva, em cujo gabinete se encontram desde 06/04/2017. Em 12/09/2018, foi proferido despacho pelo Relator, deferindo pedido de sucessão processual do polo ativo pelo espólio do Autor, diante da comprovação de falecimento e juntada de nova procuração outorgada pelo herdeiro, determinando-se, ainda, as devidas alterações cadastrais no processo. Em 19/06/2019, foi proferido novo despacho determinando novas alterações cadastrais solicitadas. Procedidas as atualizações determinadas, os autos retornaram conclusos ao Relator em 24/06/2019. Em 02/10/2019, o Órgão Especial deferiu a transferência do processo a novo Relator, o Desembargador Sebastião César Evangelhista, de modo que, após as tramitações internas pertinentes, os autos do processo tornaram-se conclusos ao novo Relator em 06/12/2019, encontrando-se, desde então, no aguardo de julgamento das Apelações interpostas. Sendo essas as informações de que dispomos a respeito, as quais foram obtidas a partir de consulta aos sites do Tribunal de Justiça de Santa Catarina ([www.tjsc.jus.br](http://www.tjsc.jus.br)) e do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Sessão Judiciária de Santa Catarina ([http://www.trf3.jus.br/novo\\_portal/home.php](http://www.trf3.jus.br/novo_portal/home.php)).

Brasília (DF), 31 de janeiro de 2020.

Daniel Alves Maria  
Gerente Geral de Relações com Investidores

[1] O processo chegou a ser enviado para a Justiça Federal (SJ/SC, Autos nº 5010658-26.2013.404.7200/SC) para manifestação da União acerca do seu possível interesse na lide. Em decisão proferida em 25/04/2014 e já transitada em julgado, a União foi excluída da relação processual, estando os autos baixados definitivamente desde 04/07/2014.